

# AVISO

Republicação da Tomada de Preços nº TP/SMGP 0001/2016-Contratação de empresa para execução de serviços de reforma no quartel central e postos descentralizados do Corpo de Bombeiros de Londrina;

Os Editais poderão ser obtidos através do site [www.londrina.pr.gov.br](http://www.londrina.pr.gov.br). Quaisquer informações necessárias pelo telefone (43) 3372-4406 ou ainda pelo e-mail: [licita@londrina.pr.gov.br](mailto:licita@londrina.pr.gov.br).

Londrina, 21 de Janeiro de 2016. Fabio Alfredo Gonçalves Campos – Secretário Municipal de Gestão Pública (em exercício).

## ATA

### ATA DA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniram-se no Prédio da Câmara Municipal de Londrina as autoridades oficialmente credenciadas (listas de presença anexa) para a VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente de Londrina. A Conferência teve como tema central "Londrina que te quero Verde: Somos Todos Responsáveis" e como objetivos: definir estratégias para a sustentabilidade do município com a participação popular, promover a integração social e a educação ambiental para enfrentamento dos desafios ambientais, conhecer os anseios da sociedade sobre a questão ambiental do município e eleger os membros do CONSEMMA para o biênio 2016/2017, nos termos da Lei Municipal 4.806/1991 e suas alterações, bem como no Regimento Interno do CONSEMMA. Às 9 horas deu-se início a Abertura Oficial da Conferência com a composição da mesa diretora, composta pelo presidente da comissão organizadora da VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente, Paulo Gutierrez, a presidente do CONSEMMA, Roberta Silveira Queiroz, e o Secretário Municipal do Ambiente e presidente da CMTU, José Carlos Bruno de Oliveira, que realizaram suas devidas explicações iniciais. Após o encerramento da mesa de abertura, foi convidada para fazer uso da palavra a palestrante Professora Dra Eliane Tomiasi Paulino, que explanou a respeito do tema central da conferência. Após a palestra de abertura, a presidente do CONSEMMA convidou para auxiliá-la na mesa de trabalho, o presidente da comissão organizadora Paulo Gutierrez, Maria José Sartor e Antonio Carlos Ajarilla, membros da Executiva do CONSEMMA. Após os informes, a presidente realizou a leitura do regimento da VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente. Ao final da leitura, o conselheiro do SINDUSCON, Rodrigo Zacaria, questionou que o regulamento não apresentava critérios de desempate para eleição dos conselheiros. Desta forma, foram encaminhadas três propostas para a deliberação pela plenária. Na primeira proposta, o critério de desempate seria a idade do delegado, favorecendo o mais idoso. A segunda proposta seria a análise do currículo dos delegados empatados. Na terceira proposta, o critério prioritário seria primeiramente entre os consensos dos membros e, não havendo consenso, uma nova eleição entre os membros empatados do segmento. A terceira proposta foi aprovada pela plenária, recebendo vinte e cinco (25) votos, contra doze (12) votos da primeira e um (1) voto da segunda proposta. Desta forma, houve a inclusão do parágrafo IV no Artigo 14 do Regulamento da Conferência, de modo a estabelecer o critério de desempate na eleição dos conselheiros. Após a inclusão, o delegado José Gonçalves Neto representante do CREA, solicitou à mesa diretora um esclarecimento a respeito da vaga assegurada para a OAB junto ao CONSEMMA. A presidente informou que a cadeira permanente de um representante da OAB junto ao CONSEMMA está prevista no Código Ambiental do Município, Lei 11.471 de 5 de janeiro de 2012, e sua inclusão foi referendada na VII Conferência Municipal do Meio Ambiente. Após os esclarecimentos, o regimento foi aprovado por unanimidade pela plenária. Em seguida, a presidente realizou a leitura das propostas oriundas das oitos pré-conferências, que foram divididas em eixos temáticos, sendo eles: 1.Áreas Verdes, 2.Resíduos, 3.Capacitação e Educação Ambiental, 4.Fiscalização, 5.Instrumentos Econômicos, 6.Planejamento e Infraestrutura, 7.Comunicação e Mobilização Social, 8. Recursos Hídricos, 9.Animais e 10.Outros, de modo a facilitar o trabalho dos delegados, sendo que os mesmos informaram apenas os destaques no momento da leitura. Os destaques foram apenas para alteração do texto, junção, supressão e/ou esclarecimentos das propostas. Após o intervalo de almoço, a Comissão Organizadora apresentou uma sugestão de otimização dos trabalhos de análise das propostas sistematizadas. Todos os presentes foram divididos em grupos para análise dos eixos temáticos. A presidente indicou os coordenadores de cada grupo, sendo a conselheira Maria José Sartor coordenadora do grupo RESÍDUOS, a conselheira Cristina Borba, do grupo CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL e COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL. O grupo do eixo temático FISCALIZAÇÃO foi coordenado pelo conselheiro Marcos Antonio Pedraci e o eixo temático INSTRUMENTOS ECONÔMICOS, coordenado pelo conselheiro Gerson Galdino, da SEMA. O presidente da comissão organizadora Paulo Gutierrez coordenou o eixo PLANEJAMENTO e INFRAESTRUTURA. E por fim, o conselheiro Rodrigo Zacaria, do SINDUSCON, coordenou os temas RECURSOS HÍDRICOS, ANIMAIS e OUTROS. O eixo temático ÁREAS VERDES não foi contemplado na discussão dos grupos, pois já havia sido amplamente discutido pela plenária no período da manhã. Após as discussões, os coordenadores foram convidados a fazer uma breve explicação dos resultados tratados nos grupos. Na sequência, as propostas foram sistematizadas e apenas os destaques foram submetidos à plenária. Em seguida, a presidente informou que seriam eleitas as trinta (30) propostas prioritárias, conforme consta do regimento da conferência. Como sugestão de encaminhamento, o delegado Dimas Soares Junior, representante da Associação de Moradores do Vale dos Tucanos, solicitou que, em função do horário adiantado e do cansaço da comissão organizadora e dos participantes, que as propostas fossem encaminhadas aos delegados presentes por meio eletrônico e os mesmos as retornariam em ordem de prioridade. As conselheiras Maria José Sartor e Francesca Amaral, foram contra a proposta e solicitaram como questão de ordem que as propostas prioritárias da VIII Conferência fossem eleitas durante a presente plenária. A presidente informou que as trinta propostas são apenas para nortear as ações do conselho, mas que todas iriam integrar o relatório final da Conferência. O delegado Camillo Kemmer Vianna, representante da Kurica Ambiental S/A, sugeriu que fossem homologadas todas as propostas como prioritárias. A senhora presidente, atendendo a solicitação da plenária, encaminhou o tema à votação, sendo a proposta do Sr. Camilo aprovada pela maioria dos delegados, tendo apenas sete (7) votos contrários. A presidente solicitou um destaque e informou à plenária que quem deverá definir as trinta propostas prioritárias a serem trabalhadas será o novo Conselho constituído e não mais a presente plenária. Prosseguindo com a programação foram apresentadas e submetidas à aprovação da plenária as seguintes moções: 1-Moção de repúdio: a) Manifestação de indignação quanto aos acontecimentos ambientais - acidentes, tragédias e catástrofes envolvendo o meio ambiente; b) Cobrança do Poder Público Municipal para a valorização estrutural, física e operacional da Secretaria Municipal do Ambiente. 2-Moção de Apoio: a) Estudos e ações do uso racional da água, relacionados ao uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi em parceria com a SEMA, para a implementação de consórcios; b) Manutenção do curso de Técnico em Meio Ambiente na Zona Norte pelo Estado; c) Criação do cargo Técnico em Meio Ambiente nos órgãos públicos municipais com a consequente abertura de concurso público; d) Elaboração de projetos pela SEMA dentro do seu planejamento, atendendo as demandas das Conferências. Todas as moções foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi realizada a chamada nominal dos delegados para eleição dos conselheiros que irão compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente para o biênio 2016/2017, sendo eleitos os Conselheiros representantes das ASSOCIAÇÕES CÍVIS, COMUNITÁRIAS E DE TRABALHADORES: Titulares - Vera Cristina Jane Vieira – Conselho Local De Saúde Do Jardim Padovani e Conjunto Residencial Vista Bela do Município de Londrina, Ilson da Silva – FAMOPAR (Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná), Luciana Velho – Associação Vitória Régia Unificada, Angelo Barreiros-CONAN (Confederação Nacional das Associações de Moradores), Neide Aparecida Gonçalves Ferreira-UNIMOL (União Municipal das Associações de Moradores de Londrina). Suplentes - Cláudio Alves Salomão – SINDTEMA; Luis Fernando dos Santos Egídio - Comunidade Deus Forte Provedor; Dimas Soares Junior - Associação de Moradores do Vale dos Tucanos; Patrícia de Oliveira Rosa da Silva – APUEL; Joana D'Arc Garcia – UGT; José Luis Bavia – AAJAT. SETOR PRODUTIVO: Titulares -

Antonio Aparecido Cambi–SINDUSCON (Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Norte do Paraná) e Cláudio Sergio Tedeschi–ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina). Suplentes – Wagner Luiz Kreling – SANEPAR; Fernando Teodoro da Silva – SETCEPAR; Camillo Kemmer Vianna - Kurika Ambiental S/A; Júlio Cesar Ribeiro - Hobi S/A; Lillian Azevedo Miranda - Sindicato Rural Patronal; Olavo Batista Junior - Construtora PLAENGE; Peterson Luiz Zacharias - Construtora Zacarias LTDA; Priscilla Filgueiras – SINDMETAL; Ricardo Koiti Kitamura - Construtora THA; Rodolfo Yoshio Sugeta - Vanguard Home. CONSELHOS DE CLASSE: Titulares - João Evanir Tescardo Junior–OAB (Ordem Dos Advogados do Brasil) e Margareth de Almeida Ponzelupe–CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Suplentes - Nayla Libos – CEAL; José Gonçalves Neto – CREA. ONG'S: Titulares - Cleber Gustavo de Goes – Associação de Amigos Mata dos Godoy, José Albino de Oliveira Branco – Observatório de Gestão Pública e Renan Campos de Oliveira–Ong MAE (Meio Ambiente Equilibrado). Não houve suplentes. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA: Titulares - Maria José Sartor–UEL (Universidade Estadual de Londrina) e José Paulo da Silva–Faculdades Pitágoras. Não houve suplentes. Na sequência, a senhora presidente fez a chamada nominal dos representantes do PODER PÚBLICO: COHAB (Companhia de Habitação de Londrina): Bruno de Souza Lopes (Titular) e José Antonio Bahls dos Santos (Suplente); SEMA (Secretaria Municipal do Ambiente): Gerson Galdino (Titular) e Alessandra Vanço Siqueira (Suplente); Secretaria Municipal de Agricultura: Renan Kleber de Oliveira (Titular) e Guilherme Casanova Júnior (Suplente); Secretaria Municipal de Assistência Social: Edna Regina Zago (Titular); SME (Secretaria Municipal de Educação): Cristina da Silva Borba (Titular) e Carla Fernanda Paiva Cordeiro (Suplente); IPPUL: Marcos Antonio Pedracci (Titular) e Alexandre Marchiori (Suplente); CMTU: Mauro Roberto de Andrade (Titular) e Álvaro do Nascimento Marcos (Suplente); Secretaria de Cultura: Sidney Antonio Bertho (Titular) e Marcos Roberto Parisotto (Suplente); Secretaria de Saúde: Diana da Silva Martins (Titular) e Sandra Caldeira Melo (Suplente); Secretaria de Obras: Claudemir Cesar Maistro (Titular) e Roberto Simão Ávila (Suplente); Câmara de Vereadores: Rony Alves (Titular) e Amauri Cardoso (Suplente); Polícia Ambiental do Paraná: Reinaldo Vasconcelos dos Anjos (Titular) e Camila Paulino Rodrigues Reina (Suplente); Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Roberta Silveira Queiroz (Titular) e Marcio Celso Sandoval Junior (Suplente); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis): Neuza Maria Emidio (Titular) e Odair Antunes Siqueira (Suplente); Ministério Público Estadual: Solange Novaes da Silva Vicentin. Após as solenidades finais a VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente foi encerrada às 18h30min e segue assinada por mim, Cristina da Silva Borba, e pela comissão organizadora.

## **PROPOSTAS DECORRENTES DAS OITO PRÉ-CONFERÊNCIAS**

### **1. ÁREAS VERDES**

- 1.1. Criação de um plano de revitalização dos fundos de vale com a inclusão de plantio de espécies frutíferas na área urbana e rural e a inclusão de áreas de lazer quando demandar.
- 1.2. Criação de corredores ecológicos nas áreas urbanas (arborização das ruas) e rurais (interligação de fragmentos florestais).
- 1.3. Maior atenção do poder público juntamente ao conselho atuante, para solucionar anseios e problemas com a comunidade de poda e erradicação de árvores, orientação da população sobre o combate a dengue, fiscalização de terrenos vazios, etc. para que os problemas não fiquem estagnados.
- 1.4. Cobrar implementação do Plano Diretor de Arborização e otimizar, agilizar, o Plano de Arborização Urbana de Londrina, priorizando o atendimento das demandas da região norte em andamento.
- 1.5. Promover a participação da comunidade no manejo das árvores.
- 1.6. Implementação do Plano de Arborização, com a melhoria da arborização urbana nas vias e áreas públicas, como parques e praças, com o desenvolvimento de ações que tenham o envolvimento do Poder Público, Associações, da Comunidade Local, entre outros.
- 1.7. Revisar o Plano de Manejo das Mata dos Godoy.
- 1.8. Manejo de espécies não nativas invasoras - Ações para o controle de espécies que estejam causando danos à biodiversidade nativa e aos cultivos agrícolas, como por exemplo, o javali asselvajado (*Sus scrofa*).

### **2. RESÍDUOS**

- 2.1. Reaproveitamento dos resíduos de construção civil, transformando em subprodutos para uso dos órgãos públicos.
- 2.2. Implantar PIGRS Municipal que contemple a valorização dos resíduos através da reciclagem e implementação de coleta seletiva, logística reversa e PEVs.
- 2.3. Criação de um Plano de Resíduos para a região norte priorizando a implantação de PEVS para o Residencial Vista Bela e o Jardim Primavera.
- 2.4. Aproveitamento pelo município, dos resíduos da construção civil para a construção de equipamentos urbanos.
- 2.5. Implementação da coleta seletiva diferenciada dos resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis de acordo com a Legislação de Resíduos Sólidos em vigor.
- 2.6. Formatação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos coerente, aplicável e fiscalizável para as empresas de todos os portes instaladas no município.
- 2.7. Formação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que seja aplicável e de fácil fiscalização para as empresas de todos os portes instaladas no município, ressaltando a importância do descarte correto dos resíduos tanto para a saúde pública como para meio ambiente, assim como, o reaproveitamento dos resíduos de construção civil pelo Poder Público transformando os mesmos em produtos para órgãos e lei das concessionárias aplicáveis às empresas geradoras de resíduos.
- 2.8. Implantação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que contemple a valorização dos resíduos através da reciclagem e reaproveitamento, com a implantação de um Programa de Coleta Seletiva, Centrais de Logística Reversa e novos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e que tenha como premissa, a Educação Ambiental como instrumento de fortalecimento das ações.

### **3. CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

- 3.1. Valorização e capacitação das pessoas físicas e jurídicas que contribuem para a preservação e manutenção das áreas verdes (fundos de vale, praças, Unidades de Conservação, canteiros, bosques).
- 3.2. Estender os programas de educação ambiental para os distritos, inclusive com ações para sensibilização dos produtores rurais.
- 3.3. Promover educação ambiental através das reuniões descentralizadas do CONSEMMA e da biblioteca móvel ambiental em parceria com escolas públicas e particulares.
- 3.4. Criação de um Programa Institucional de Educação Ambiental Intersecretarias, com programas de incentivo as boas práticas ambientais, desenvolvidos com a participação e mobilização da comunidade, contemplando campanhas periódicas e contínuas de conscientização da população para a preservação ambiental, bem como sobre coleta seletiva, dengue, esclarecimento sobre plantas exóticas e nativas, entre outros, bem como a retomada e o fortalecimento de programas de grande relevância na área de educação ambiental do município, como por exemplo, o "Rio da Minha Rua".
- 3.5. Combate a dengue – orientação da população.
- 3.6. Fiscalização adequada dos serviços de coleta de resíduos e ações de educação ambiental continuada, voltada a conscientização da população residente nos distritos, quanto à destinação adequada dos resíduos, entre outras.
- 3.7. Criação de programas e o fortalecimento das ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Parque (Arthur Thomas).
- 3.8. Resgatar a importância do descarte correto de resíduos; um bem para a saúde pública e saúde ambiental.

#### **4. FISCALIZAÇÃO**

- 4.1. Cobrar mais ações de fiscalização para coibir o desmatamento e a caça.
- 4.2. Intensificação da fiscalização da extração e caça ilegal nas áreas rurais e desenvolvimento de um programa de conscientização sobre a extração e caça ilegal, acompanhado de projeto a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria de Agricultura e EMATER, que tenha por objetivo, criar alternativas econômicas para estas comunidades, de acordo com a realidade local.
- 4.3. Fortalecimento da fiscalização, Licenciamento Ambiental Municipal, EIVs, Fundo Municipal do Ambiente.
- 4.4. Gerenciamento de plantio de árvores com relatórios de corte realizado pelo CONSEMMA.
- 4.5. Fiscalização de terrenos vazios.

#### **5. INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**

- 5.1. Criação de mecanismos e disponibilização de recursos para o financiamento de projetos que visem o diagnóstico e elaboração de Plano de Manejo dos parques municipais, bem como a recuperação e conservação de fundos de vale e outras áreas de APP, além da criação de outras Unidades de Conservação (UC's), tendo como objetivo, a ampliação dos recursos do ICMS Ecológico.
- 5.2. Criação do PSA – Pagamento Serviços Ambientais a fim de descontos de valores das multas para pessoas físicas e jurídicas.
- 5.3. Criação de incentivos fiscais, tributários ou através de espaços publicitários nas áreas mantidas pelo setor privado (valorização das boas práticas ambientais).
- 5.4. Implantação de IPTU Verde como incentivo à manutenção das árvores nas calçadas, captação de água da chuva, calçada ecológica, aquecimento e energia solar, etc.
- 5.5. Criar programa de pagamento por serviços ambientais;
- 5.6. Criar programa de incentivos a criação de RPPN's – Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
- 5.7. Criação de incentivos que visem a proteção de nascentes, melhoria e conservação de áreas verdes, com a implantação de uma Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), promovendo o plantio de espécies nativas e a criação de novas Unidades de Conservação (UC's), bem como a fiscalização da efetividade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma a regularizar as áreas de matas ciliares e reservas legais.
- 5.8. Criação de incentivos que valorizem as boas práticas ambientais, como o IPTU Verde, incentivando a ampliação de áreas verdes e permeáveis nas propriedades, construções sustentáveis com a utilização de luz natural e energia solar, captação de água da chuva e de reuso, tratamento de esgoto biológico onde não há rede coletora, utilização de pisos permeáveis nas calçadas, entre outros. Implantação de uma política municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que incentivem os proprietários rurais a manter e ampliar suas áreas verdes, bem como a preservação de margens de rios e nascentes.
- 5.9. Aumento do orçamento da Sema e desenvolvimento de políticas intersetoriais em conjunto com o orçamento de outras secretarias para as questões ambientais objetivando ações preventivas.
- 5.10. Destinação de recursos para revitalização do Parque Arthur Thomas.
- 5.11. Captar recursos para viabilização do desassoreamento do Lago Igapó.

#### **6. PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA**

- 6.1. Transformação dos fundos de vale em parques lineares trazendo alternativas de áreas de lazer para a população.

- 6.2. Propor uma política de regulamentação dos fundos de vale já ocupados visando à retirada dos ocupantes e recuperação das áreas de acordo com a legislação vigente.
- 6.3. Aumentar as áreas de lazer nos distritos.
- 6.4. Implementação de melhorias nos espaços públicos dos distritos, como praças e outras áreas de lazer, promovendo a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura, como arborização, ajardinamento, iluminação, criação de espaços para lazer com pistas de caminhada, instalação de lixeiras, bancos, entre outros, acompanhada de um trabalho de conscientização da comunidade local sobre o uso consciente dos espaços públicos.
- 6.5. Melhorar manutenção nas áreas públicas: roçagem, plantio de flores, gramas, árvores, play ground, entre outros.
- 6.6. Revitalização das praças públicas com vegetação arbórea e equipamentos funcionais (bancos, bebedouros e iluminação).
- 6.7. Cumprimento da lei da calçada ecológica incentivando o morador com descontos no IPTU, assim como o melhoramento das calçadas para a caminhada de idosos e mulheres.
- 6.8. Exigência de instalações subterrâneas de rede elétrica e lógica em novos loteamentos e/ou condomínios, bem como a fiscalização e a exigência do cumprimento das normas vigentes para edificações já existentes, como instalação e utilização de cisternas, mínimo exigido de área permeável, calçadas com faixa de área permeável e arborização, entre outros.
- 6.9. Criação de mecanismos que incentivem a instalação de indústrias pautadas na Simbiose Industrial e na Ecologia Industrial, que considere o fluxo de materiais, resíduos e energia nos processos industriais e de consumo, bem como a interação destes fluxos com o meio ambiente e a sua interferência nos contextos social, político e econômico local.
- 6.10. Regulamentação das políticas de compensação ambiental, planejando as áreas prioritárias para a aplicação das medidas e agilizando procedimentos administrativos.
- 6.11. Melhoria da estrutura operacional da Sema para execução do plano de arborização urbana (fiscalização e serviços operacionais), com a contratação de pessoas (particularmente com aumento no quadro de fiscais ambientais) e compra de equipamentos técnicos.
- 6.12. Ampliação da fiscalização ambiental no município com o aumento do quadro de fiscais.
- 6.13. Incluir nos projetos de planejamento urbano obrigatoriedade de sistemas de captação de água da chuva, redes elétricas subterrâneas, redutores de velocidade e cortina verde para produtores rurais.
- 6.14. Implantar sistemas de utilização de energia limpa.
- 6.15. Construções de ciclovias na Região Norte e demais regiões da cidade com celeridade.
- 6.16. Criação e implementação de um programa municipal de manutenção e conservação de estradas rurais, bem como ampliação das áreas com pavimentação.
- 6.17. Desobstrução das galerias pluviais, acompanhada de trabalho de conscientização da comunidade sobre a sua utilização e conservação.
- 6.18. Implantação gradativa de rede coletora/tratamento de esgoto doméstico nos distritos, bem como a criação de um programa municipal, com o envolvimento do Poder Público e da comunidade local, para a substituição e instalação de sistemas de tratamento de esgoto alternativos, como por zona de raízes e/ou sistemas de biodigestão, financiado com recursos públicos ou da SANEPAR.

## **7. COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

- 7.1. Implantar sinalização ambiental.
- 7.2. Utilização dos meios de comunicação para melhorar a divulgação de reuniões, conferências para toda a comunidade, utilizando a mídia local para transmitir informações sobre a qualidade do meio ambiente e incentivar a participação da população na conservação e cuidados do mesmo.
- 7.3. Disponibilizar relatório de arborização por região na internet.
- 7.4. Integração de políticas e promotorias públicas mais atuantes para o cumprimento das leis, rigor nas políticas que punem as organizações que causam danos ambientais de grandes proporções e leis que obriguem os responsáveis a reparar os danos causados.
- 7.5. Elaboração de campanhas
- 7.6. Ter um olhar das três esferas do poder, o poder público tenha maior atenção de solucionar junto aos conselhos atuantes, com a comunidade, seus anseios e dificuldades. Para que a resolução dos problemas realmente seja solucionada, que não fique engavetado no arquivo!
- 7.7. Criação de um Sistema Integrado de Informações Ambientais, com o envolvimento de órgãos de fiscalização como SEMA, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, CMTU, Secretaria de Saúde, entre outros, com o apoio dos diversos setores de fiscalização, Agentes de Endemias e da Guarda Municipal, no sentido de melhorar o serviço de fiscalização, bem como a criação de um canal de comunicação com a comunidade para denúncias e acompanhamentos dos processos fiscalizatórios, consulta a dados estatísticos e georeferenciados, entre outros. (Fiscalização)

## **8. RECURSOS HÍDRICOS**

- 8.1. Conhecimento das legislações relacionadas às bacias hidrográficas para criação de planos de restauração e conservação de bacias hidrográficas.

8.2. Fortalecimento dos programas já existentes de preservação e recuperação das nascentes urbanas e rurais como, por exemplo, o "PSA" - Pagamentos por Serviços Ambientais e Rio da Minha Rua.

8.3. Retomar o Programa Rio da Minha Rua.

## **9. ANIMAIS**

9.1. Implantar Centro de Recuperação de Animais Silvestres.

9.2. Criação de um programa de controle dos animais domésticos de grande e pequeno porte do município e implantação do Centro de Zoonoses.

## **10. OUTROS**

10.1. Criação de uma estação lavatória para implementos agrícolas nos distritos.

10.2. Ordenamento jurídico sobre a obrigatoriedade de implantação de barreiras vegetais e restrição de uso de defensivos em determinados limites (Zona Tampão\Cinturão verde) nas propriedades rurais próximas as áreas ocupadas, como distritos e patrimônios, bem como a proibição de lavagem ou estacionamento de implementos agrícolas com reservatórios de defensivos nas vias urbanas, com o objetivo de diminuir os impactos causados pelos agrotóxicos sobre o Meio Ambiente e população local.

10.3. Que o Estado garanta manutenção do curso de Técnico em Meio Ambiente na Zona Norte.

10.4. Criação do cargo Técnico em Meio Ambiente nos órgãos públicos municipais com a consequente abertura de concurso público.

10.5. Empenho na formulação de propostas integradas de grande alcance social à custo menor.

10.6. Melhoria do serviço de saúde pública, principalmente de pediatria, com o desenvolvimento de programas junto às escolas, em parceria com a Secretaria de Agricultura, Saúde e EMATER, envolvendo pais e alunos, visando o incentivo à cultura de hortas caseiras, preparo e incremento de alimentos orgânicos.

10.7. Elaboração de projetos pela SEMA dentro do seu planejamento, atendendo as demandas das Conferências.

10.8. Rever propostas das Conferências anteriores que ainda não foram atendidas e cobrar a implantação das propostas desta conferência (fiscalização integrada).

## **PROPOSTAS APROVADAS NA VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **1. ÁREAS VERDES**

1.1. Criação de um plano de revitalização dos fundos de vale com a inclusão de plantio de espécies frutíferas na área urbana e rural e a inclusão de áreas de lazer quando demandar.

1.2. Criação de corredores ecológicos nas áreas urbanas (arborização das ruas) e rurais (interligação de fragmentos florestais).

1.3. Maior atenção do poder público, juntamente ao conselho atuante, para solucionar anseios e problemas com a comunidade de poda e erradicação de árvores, orientação da população sobre o combate à dengue, fiscalização de áreas públicas e privadas, etc. para que os problemas não fiquem estagnados.

1.4. Cobrar implementação do Plano Diretor de Arborização e otimizar, agilizar, o Plano de Arborização Urbana de Londrina, priorizando o atendimento das demandas da região norte em andamento.

1.5. Implementação do Plano de Arborização, com a melhoria da arborização urbana nas vias e áreas públicas, como parques e praças, com o desenvolvimento de ações que tenham o envolvimento do Poder Público, Associações, da Comunidade Local, entre outros.

1.6. Manejo de espécies não nativas invasoras - Ações para o controle de espécies que estejam causando danos à biodiversidade nativa e aos cultivos agrícolas, como por exemplo, o javali asselvajado (*Sus scrofa*).

### **2. RESÍDUOS**

2.1. Política de reciclagem de Resíduos da Construção Civil com obrigatoriedade do reaproveitamento em obras públicas e privadas.

2.2. Criação de um Plano de Resíduos para a região norte priorizando a implantação de PEVS para o Residencial Vista Bela e o Jardim Primavera.

2.3. Aproveitamento pelo município, dos resíduos da construção civil para a construção de equipamentos urbanos, especialmente para projetos voltados à comunidade de baixa renda.

2.4. Implantação de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que seja aplicável e de fácil fiscalização para as empresas de todos os portes instaladas no município e que contemple a valorização dos resíduos através da reciclagem e reaproveitamento, com a implantação de um Programa de Coleta Seletiva diferenciada dos resíduos orgânicos, rejeitos e recicláveis de acordo com a Legislação de Resíduos Sólidos em vigor, Programas de Logística Reversa e novos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e que tenha como premissa, a Educação Ambiental como instrumento de fortalecimento das ações e que contemple o papel (direitos e obrigações) de cada segmento gerador de resíduos.

### **3. CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

- 3.1. Valorização e capacitação das pessoas físicas e jurídicas que contribuem voluntariamente para a preservação e manutenção das áreas verdes (fundos de vale, praças, Unidades de Conservação, canteiros, bosques).
- 3.2. Promover educação ambiental através das reuniões descentralizadas do CONSEMMA e da biblioteca móvel ambiental em parceria com escolas públicas e particulares.
- 3.3. Criação de um Programa de Educação Ambiental Intersecretarias, com programas de incentivo às boas práticas ambientais, desenvolvidos com a participação e mobilização das populações urbanas e rurais, contemplando campanhas periódicas e contínuas de conscientização da população para a preservação ambiental, sobre coleta seletiva, dengue, agricultura orgânica e familiar, esclarecimento sobre plantas exóticas e nativas, entre outros, além da retomada e do fortalecimento de programas de grande relevância na área de educação ambiental do município, como o "Rio da Minha Rua".
- 3.4. Fiscalização adequada dos serviços de coleta de resíduos e promover ações de educação ambiental continuada, voltadas à conscientização da população residente na cidade e nos distritos, quanto à destinação adequada dos resíduos, entre outras.
- 3.5. Criação de programas e o fortalecimento das ações de Educação Ambiental desenvolvidas no Parque (Arthur Thomas).

### **4. FISCALIZAÇÃO**

- 4.1. Cobrar mais ações de fiscalização para coibir o desmatamento e a caça.
- 4.2. Intensificação da fiscalização da extração e caça ilegal nas áreas rurais e desenvolvimento de um programa de conscientização sobre a extração e caça ilegal, acompanhado de projeto a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria de Agricultura e EMATER, que tenha por objetivo, criar alternativas econômicas para estas comunidades, de acordo com a realidade local.
- 4.3. Fortalecimento da fiscalização, Licenciamento Ambiental Municipal, EIVs, Fundo Municipal do Ambiente.
- 4.4. Acompanhamento de plantio de árvores através dos relatórios de corte realizados pela SEMA.

### **5. INSTRUMENTOS ECONÔMICOS**

- 5.1. Criação de mecanismos que culminem na efetividade de gestão das unidades de conservação no município.
- 5.2. Criação de incentivos fiscais, tributários ou através de espaços publicitários para a preservação de áreas verdes (valorização das boas práticas ambientais) inclusive com a utilização dos instrumentos do Estatuto das Cidades (solo criado).
- 5.3. Implantação de benefícios creditícios associados ao IPTU aos que adotarem posturas conservacionistas além das previstas em lei.
- 5.4. Criar programa de incentivos a criação de novas unidades de conservação públicas e privadas.
- 5.5. Criação de incentivos que visem a proteção de nascentes, melhoria e conservação de áreas verdes, com a implantação de um Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), promovendo o plantio de espécies nativas, bem como a fiscalização da efetividade do Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma a regularizar as áreas de matas ciliares e reservas legais.
- 5.6. Aumento do orçamento da SEMA e desenvolvimento de políticas intersetoriais em conjunto com o orçamento de outras secretarias para as questões ambientais objetivando ações preventivas.
- 5.7. Implantação do IPTU progressivo nos vazios urbanos do município em conformidade com as normas do Estatuto das Cidades.

### **6. PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA**

- 6.1. Transformação dos fundos de vale em parques lineares trazendo alternativas de áreas de lazer para a população.
- 6.2. Propor uma política de regulamentação e revitalização dos fundos de vale, visando, entre outras propostas, a retirada das ocupações irregulares com a remoção dos ocupantes, criação de parques lineares e áreas de lazer, com a análise do aspecto social no caso de famílias.
- 6.3. Implementação de melhorias nos espaços públicos no Município e em especial nos distritos, como praças e outras áreas de lazer, promovendo a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura, como arborização, ajardinamento, iluminação, criação de espaços para lazer com pistas de caminhada, instalação de lixeiras, bancos, roçagem, plantio de flores, gramas, árvores, playground, acompanhada de um trabalho de conscientização da comunidade local sobre o uso consciente dos espaços públicos.
- 6.4. Cumprimento da lei da calçada ecológica incentivando o morador com descontos no IPTU, assim como o melhoramento das calçadas para a caminhada de idosos e mulheres.
- 6.5. Sugere-se as instalações subterrâneas de rede elétrica e lógica em novos loteamentos e/ou condomínios, bem como a fiscalização e a exigência do cumprimento das normas vigentes para edificações já existentes, como instalação e utilização de cisternas, mínimo exigido de área permeável, calçadas com faixa de área permeável e arborização e incluir nos projetos de planejamento urbano obrigatoriedade de sistemas de captação de água da chuva, redes elétricas subterrâneas, redutores de velocidade e cortina verde para produtores rurais.
- 6.6. Criação de mecanismos que incentivem a instalação de indústrias pautadas na Simbiose e na Ecologia Industrial, que considere o fluxo de materiais, resíduos e energia nos processos industriais e de consumo, bem como a interação destes fluxos com o meio ambiente e a sua interferência nos contextos social, político e econômico local.

- 6.7. Regulamentação das políticas de compensação ambiental, planejando as áreas prioritárias para a aplicação das medidas e agilizando procedimentos administrativos.
- 6.8. Melhoria estrutural, operacional e funcional da SEMA para execução do Plano de Arborização Urbana (fiscalização e serviços operacionais com a contratação de fiscais ambientais e técnicos de ambiente e compra de equipamentos).
- 6.9. Ampliação da fiscalização ambiental no município de Londrina através da SEMA com convênio da Secretaria de Defesa Social - Guarda Municipal.
- 6.10. Implantar uma política para utilização de energia limpa.
- 6.11. Construções de ciclovias na Região Norte e demais regiões da cidade com celeridade.
- 6.12. Criação e implementação de um programa municipal de manutenção e conservação de estradas rurais, bem como ampliação das áreas com pavimentação.
- 6.13. Desobstrução das galerias pluviais, acompanhada de trabalho de conscientização da comunidade sobre a sua utilização e conservação, fiscalizando as ligações cruzadas.
- 6.14. Implantação gradativa de rede coletora/tratamento de esgoto doméstico nos distritos, bem como a criação de um programa municipal, com o envolvimento do Poder Público e da comunidade local, para a substituição e instalação de sistemas de tratamento de esgoto alternativos, (eliminação das fossas negras) como por zona de raízes e/ou sistemas de biodigestão, financiado com recursos públicos ou da SANEPAR.
- 6.15. Municipalizar o licenciamento ambiental.

## **7. COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

- 7.1. Implantar sinalização ambiental e placas com informações ambientais nos lagos Igapó, Cabrinha, Norte e áreas verdes.
- 7.2. Utilização dos meios de comunicação para melhorar a divulgação de reuniões, conferências e campanhas ambientais para toda a comunidade, utilizando a mídia local para transmitir informações sobre a qualidade do meio ambiente e incentivar a participação da população na conservação e cuidados do mesmo.
- 7.3. Integração de políticas e promotorias públicas mais atuantes para o cumprimento das leis, rigor nas políticas que punem aqueles que causam danos ambientais de grandes proporções e leis que obriguem os responsáveis a reparar os danos causados.
- 7.4. Maior integração dos três poderes na efetividade de ações entre eles para soluções dos anseios e dificuldades ambientais enfrentadas pelos Conselhos e comunidades atuantes.
- 7.5. Criação de um Sistema Integrado de Informações Ambientais, com o envolvimento de órgãos de fiscalização como SEMA, Secretaria de Obras, Secretaria de Agricultura, CMTU, Secretaria de Saúde, entre outros, com o apoio dos diversos setores de fiscalização, Agentes de Endemias e da Guarda Municipal, no sentido de melhorar o serviço de fiscalização, bem como a criação de um canal de comunicação com a comunidade para denúncias e acompanhamentos dos processos fiscalizatórios, consulta a dados estatísticos e georeferenciados, e relatórios de arborização por região de Londrina.

## **8. RECURSOS HÍDRICOS**

- 8.1. Divulgação das legislações relacionadas às bacias hidrográficas para criação de planos de restauração e conservação.
- 8.2. Fortalecimento dos programas já existentes de preservação e recuperação das nascentes urbanas e rurais como, por exemplo, o "PSA" - Pagamentos por Serviços Ambientais e Rio da Minha Rua.

## **9. ANIMAIS**

- 9.1. Implementação no Município de Londrina de um CETAS, de um Centro de Saúde Animal e de um Centro de Zoonoses.

## **10. OUTROS**

- 10.1. Criação de uma estação lavatória para máquinas agrícolas nos distritos, com a proibição de lavagem ou estacionamento das máquinas com reservatório de defensivos nas vias urbanas.
- 10.2. Implantação de barreiras vegetais e restrição de uso de defensivos em determinados limites (zona tampão / cinturão verde) nas propriedades rurais próximas às áreas ocupadas, como distritos e patrimônios.
- 10.3. Desenvolvimento de programas junto às escolas, em parceria com a Secretaria de Educação, Agricultura, Saúde e EMATER, envolvendo pais e alunos, visando o incentivo à cultura de hortas caseiras, compostagem, preparo e incremento de alimentos orgânicos.
- 10.4. Rever propostas das Conferências anteriores que ainda não foram atendidas e cobrar a implantação das propostas desta conferência.

## **MOÇÕES**

Os delegados presentes na VIII Conferência Municipal do Meio Ambiente de Londrina-PR vêm a público e manifestam indignação aos acontecimentos: acidentes, tragédia e catástrofe envolvendo o meio ambiente. Repudiamos as irresponsabilidades que causam transtornos e

danos materiais à coletividade: comunidades, população e a natureza. Até quando os inocentes vão perder suas vidas tendo como causas as atitudes impensadas e até irresponsáveis geradas pela ganância? Considerando ainda que a natureza está sendo duramente atingida, somente a implementação de legislações mais rígidas será capaz de reparar os prejuízos.

Ilson da Silva – FAMOPAR

Ângelo Barreiros – CONAM

João Tescaro Júnior – OAB/PR 31263

Exigir do poder público municipal a valorização estrutural, física e operacional da Secretaria Municipal do Ambiente, para que a mesma possa ser efetivamente, um órgão fiscalizador, licenciador e executor dos planos e programas sócio ambientais do governo municipal.

Grupo do Paulo Gutierrez

Estudos e ações do uso racional da água, assim como dos conflitos, se for o caso, relacionados ao uso de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi em parceria com a SEMA, para a implementação de consórcios. Aproximação da SEMA com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi.

Patrícia de Oliveira Rosa da Silva – APUEL (Associação do Pessoal da UEL) – discutido na Pré-Conferência da Bacia Hid. Do Cafezal/Três Bocas.

Que o Estado garanta manutenção do curso de Técnico em Meio Ambiente na Zona Norte.

Criação do cargo Técnico em Meio Ambiente nos órgãos públicos municipais com a consequente abertura de concurso público.

Rodrigo Zacaria do SINDUSCON

Elaboração de projetos pela SEMA dentro do seu planejamento, atendendo as demandas das Conferências.

## **DELEGADOS ELEITOS VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **1. ASSOCIAÇÃO CIVIL, COMUNITÁRIA E DE TRABALHADORES**

#### **Titulares**

- VERA CRISTINA JANE VIEIRA – CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO JARDIM PADOVANI E CONJUNTO RESIDENCIAL VISTA BELA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 8 VOTOS

- ILSON DA SILVA – FAMOPAR (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO ESTADO DO PARANÁ) – 8 VOTOS

- LUCIANA VELHO – ASSOCIAÇÃO VITÓRIA RÉGIA UNIFICADA – 7 VOTOS

- ANGELO BARREIROS – CONAN (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES) – 6 VOTOS

- NEIDE APARECIDA GONÇALVES FERREIRA – UNIMOL (UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA) – 5 VOTOS

#### **Suplentes**

- CLÁUDIO ALVES SALOMÃO – SINDTEMA (SINDICATO DOS TÉCNICOS DO MEIO AMBIENTE) – 4 VOTOS

- LUIZ FERNANDO DOS SANTOS EGÍDIO – COMUNIDADE DEUS FORTE PROVIDOR – 4 VOTOS

- DIMAS SOARES JUNIOR – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VALE DOS TUCANOS – 3 VOTOS

- PATRÍCIA DE OLIVEIRA ROSA DA SILVA – APUEL (ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA) – 3 VOTOS

- JOANA D' ARC GARCIA – UGT (UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ) – 3 VOTOS

- JOSÉ LUIS BAVIA – AAJAT (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DOS JARDINS ARUBA E TARUMÃ – 2 VOTOS

### **2. SETOR PRODUTIVO**

#### **Titulares**

- ANTONIO APARECIDO CAMBI – SINDUSCON (SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO NORTE DO PARANÁ) – 7 VOTOS

- CLÁUDIO SERGIO TEDESCHI – ACIL (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA) – 6 VOTOS

**Suplentes**

- WAGNER LUIZ KRELING – SANEPAR – 4 VOTOS
- FERNANDO TEODORO DA SILVA – SETCEPAR (SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS NO ESTADO DO PARANÁ) – 2 VOTOS
- CAMILLO KEMMER VIANNA – KURICA AMBIENTAL S/A – 2 VOTOS
- JÚLIO CESAR RIBEIRO – HOBI S/A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO – 1 VOTO
- LILIAN AZEVEDO MIRANDA – SINDICATO RURAL PATRONAL
- OLAVO BATISTA JUNIOR – CONSTRUTORA PLAENGE
- PETERSON LUIZ ZACHARIAS – CONSTRUTORA ZACARIAS LTDA
- PRISCILLA FILGUEIRAS – SINDMETAL (SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE LONDRINA)
- RICARDO KOITI KITAMURA - CONSTRUTORA THA
- RODOLFO YOSHIO SUGETA – VANGUARD HOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

**3. ONG'S**

- CLEBER GUSTAVO DE GOES – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS MATA DOS GODOY
- JOSÉ ALBINO DE OLIVEIRA BRANCO – OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA
- RENAN CAMPOS DE OLIVEIRA – MAE (ONG MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO)

**4. INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA**

- MARIA JOSÉ SARTOR – UEL
- JOSÉ PAULO DA SILVA – FACULDADES PITÁGORAS

**5. CONSELHO DE CLASSE**

**Titulares**

- JOÃO EVANIR TESCARO JUNIOR – OAB (ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL)
- MARGARETH DE ALMEIDA PONZELUPE – CAU (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO)

**Suplentes**

- NAYLA LIBOS – CEAL (CLUBE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE LONDRINA)
- JOSÉ GONÇALVES NETO – CREA (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA)

**6. PODER PÚBLICO**

- CRISTINA DA SILVA BORBA - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
SUPLENTE: CARLA FERNANDA PAIVA CORDEIRO

- BRUNO DE SOUZA LOPES - COHAB  
SUPLENTE: JOSÉ ANTONIO BAHLS DOS SANTOS

- GERSON GALDINO - SEMA MUNICIPAL  
SUPLENTE: ALEXSANDRA VANÇO SIQUEIRA

- MARCOS ANTONIO PEDRACCI - IPPUL  
SUPLENTE: ALEXANDRE MARCHIORI

- MAURO ROBERTO DE ANDRADE - CMTU  
SUPLENTE: ÁLVARO DO NASCIMENTO MARCOS

- NEUZA MARIA EMIDIO - IBAMA  
SUPLENTE: ODAIR ANTUNES SIQUEIRA

- RENAN KLEBER DE OLIVEIRA - SECRETARIA DE AGRICULTURA  
SUPLENTE: GUILHERME CASANOVA JÚNIOR

- ROBERTA SILVEIRA QUEIROZ - SEMA ESTADUAL  
SUPLENTE: MARCIO CELSO SANDOVAL JUNIOR

- SIDNEY ANTONIO BERTHO - SECRETARIA DE CULTURA  
SUPLENTE: MARCOS ROBERTO PARISOTTO

- DIANA DA SILVA MARTINS – SECRETARIA DE SAÚDE  
SUPLENTE: SANDRA CALDEIRA MELO

- CLAUDEMIR CESAR MAISTRO – SECRETARIA DE OBRAS  
SUPLENTE: ROBERTO SIMÃO ÁVILA

- REINALDO VASCONCELOS DOS ANJOS – POLÍCIA AMBIENTAL  
SUPLENTE: CAMILA PAULINO RODRIGUES REINA

- RONY ALVES – CÂMARA DE VEREADORES  
SUPLENTE: AMAURI CARDOSO

- EDNA REGINA ZAGO - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- SOLANGE VICENTIN - MINISTÉRIO PÚBLICO

## EDITAIS

### EDITAL Nº 003/2016-SEMA

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 11.468, de 29 de dezembro de 2011 (Código de Posturas), em seu Artigo 388, o qual reza acerca da ciência pelas partes autuadas.

Considerando as diversas tentativas de entrega, SEM logro de êxito, referente às autuações abaixo elencadas.

### RESOLVE:

CITAR POR EDITAL os Sujeitos Passivos seguintes, cujas denominações constam juntamente com seus respectivos Autos de Infração Ambiental, a saber, tornando pública esta Relação:

PROCESSO NO SIP Nº	Nº DO AUTO	DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL	INSCRIÇÃO/TIPO DE DOCUMENTO	DISPOSITIVOS INFRINGIDOS	AUTUAÇÃO O LAVRADA EM	VALOR R\$
55116/2012	24180	ANGÉLICA GONÇALVES DOS SANTOS	CPF 084.957.288-69	Lei Municipal 11.996/2013	28/08/2014	R\$ 100,00
4174/2013	24103	SANTOS E LIMA INFORMÁTICA LTDA	CNPJ 09.358.509/0001-85	Lei Municipal 11.996/2013	09/09/2014	R\$ 100,00
3058/2010	24105	DONIZETE DOS SANTOS PINHEIRO	CPF 113.429.668-13	Lei Municipal 11.996/2013	09/09/2014	R\$ 100,00
25723/2012	23847	BENEDITO GILBERTO SILVA	CPF 277.761.749-01	Lei Municipal 11468/2011	25/08/2014	R\$ 100,00

CONFORME Parágrafo único, do Artigo 388 do citado Código, as Partes Autuadas serão consideradas cientes da aplicação das infrações, decorrido o prazo de 10 (dez) dias da publicação.

CONFORME Artigo 392 do mesmo Código, quando do decurso de prazo para a ciência, citado acima, as partes autuadas poderão apresentar defesa contra as autuações lavradas, dentro de 15 (quinze) dias.

A RELAÇÃO das inscrições cadastrais, conforme o presente Edital encontrar-se-á afixada no Quadro Geral de Editais do Paço Municipal e na Página eletrônica oficial do Município, cujo endereço é <http://www1.londrina.pr.gov.br/>.

Londrina, 20 de janeiro de 2016. José Carlos Bruno de Oliveira - Secretário Municipal do Ambiente

### EDITAL Nº 005 INSCRIÇÃO 2016